



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002649-47.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **JESUS ARNALDO TEODORO EPP**  
 Requerido: **Distribuidora Modenutti Comércio de Utensílios Domésticos Ltda.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Jesus Arnaldo Teodoro EPP propôs a presente ação contra Distribuidora Modenutti Comércio de Utensílios Domésticos Ltda, pedindo sua condenação à reconstrução do muro com observância das normas técnicas de construção, deixando-o esteticamente como antes, e indenização por danos morais.

Contestação às pp. 79/86, imputando-se o problema no muro a falhas construtivas imputáveis ao autor.

Réplica, pp. 138/142.

Processo saneado, pp. 143/145.

Laudo pericial, pp. 193/227.

Manifestação das partes sobre o laudo pericial, e memoriais escritos, pp. 231/234, 235/238, 241/242, 244/247.

É o relatório. Decido.

O perito jicial, após vistorias e estudos, apresentou laudo pericial, pp. 193/227, rigorosa e tecnicamente bem fundamentado, no qual firma as seguintes conclusões:

(a) a praxe da construção civil indica que em caso de construção de muro de arrimo para divisas com características semelhantes à existente nos autos, normalmente é



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

executado um único muro e os custos são rateados entre ambos;

(b) o muro em discussão nos autos ruiu pela concorrência de duas causas essenciais: o aterramento efetuado pela ré e a construção, pela autora, do muro sem a técnica adequada para suportar sequer apenas o corte, quanto mais corte e aterro;

(c) o muro, que foi construído pela autora, foi mal executado, enquanto que a ré, ao realizar a sua obra, desconsiderou também norma técnica que impõe sejam considerados os impactos dela sobre a construção vizinha.

Tendo em vista tais premissas, no caso em tela, não se pode afirmar a total responsabilidade da ré pelos fatos; assim como não se pode afirmar seja a autora responsável. As partes concorreram, na mesma proporção, para a queda do muro, de devem concorrer, em parte iguais, para a reconstrução.

Saliente-se que, a despeito da construção, pela autora, de um muro de arrimo fora das normas técnicas, é certo que a ré, ao proceder à sua obra e aterramento, deveria se certificar de que o muro iria suportar a carga adicional. A culpa é, sem dúvida, concorrente.

Aliás, também incide o disposto no art. 1.297, § 1º do CC, segundo o qual as partes são obrigadas a concorrer em partes iguais para as despesas de construção e manutenção da parede ou muro de arrimo.

Por fim, quanto aos danos morais, devem ser repelidos, porque a autora é pessoa jurídica e não comprovou nem demonstrou abalo à sua honra objetiva ou imagem (não titulariza honra subjetiva), abalo este não cogitável, sequer em tese, no caso concreto.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para CONDENAR a ré na obrigação de fazer consistente em concorrer, em concurso com a autora, e no percentual de 50%, para a reconstrução do muro com observância das normas técnicas de construção e das diretrizes apresentadas pelo perito judicial. Cada parte arcará com 50% das custas e despesas processuais, aí incluídos os honorários do perito. A autora pagará ao advogado da ré honorários



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

arbitrados em R\$ 1.500,00. A ré pagará ao advogado da autora honorários arbitrados em também R\$ 1.500,00. Salienta-se que com o CPC-15 não mais se compensam honorários (art. 85, § 14).

P.R.I.

São Carlos, 08 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**